

As Excursões Futebolísticas segundo a Revista Placar 1970-1971 - Primeiras Reflexões.

*Jorge Fernando Albuquerque D'Amaral Moreira*¹

Resumo: O referido trabalho pretende trazer algumas breves reflexões sobre as excursões futebolísticas retratadas pela revista Placar no período entre 1970-1971. Será possível observar no decorrer do trabalho que as excursões, segundo a revista, possuem uma lógica pautada na rentabilidade dos clubes. Calcado no argumento de que as instituições esportivas responsáveis pelo futebol brasileiro restringiam as formas de arrecadação dos clubes e de que as federações estaduais interferiam em assuntos internos dos clubes, estes últimos enxergavam nos jogos amistosos importantes meios de arrecadação para driblar os sucessivos reveses financeiros. Assim, o trabalho pretende mostrar um pouco sobre a perspectiva, abordada pela Placar, da relevância que as excursões e os torneios amistosos se mostravam para os clubes brasileiros no período estudado.

Palavras chave: excursões futebolísticas; jogos amistosos; futebol brasileiro; revista Placar; estrutura futebolística;

Abstract: The following paper aims to bring some brief reflexions about the soccer excursions pictured by Placar magazine in the period between 1970-1971. It will be possible to observe as the text unfolds that the excursions, according the magazine, have a logic based in the clubs rentability. Under the argument that the sports institutions responsible for the brazilian soccer were restraining the forms clubs could collect resources and that state federations were also interfering in the internal club issues, so, the clubs seem the importance of friendly games to circumvent the successive financial losses. Thus the paper aims to show a bit from Placar's perspective, the relevance shown to brazilian clubs by the friendly tourneys and excursions in the observed period.

Keywords: football excursions; friendly matches; brazilian football; Placar magazine; footballing structure;

The football excursions according the Placar magazine 1970-1971- First thoughts.

¹ Mestrando na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro pesquisando História Institucional e Política do Futebol Brasileiro, cuja orientação é feita por Felipe Magalhães. E-mail: Jorge.snf@hotmail.com

Introdução

Em 1968 a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) promoveu uma edição do Torneio dos Campeões² reunindo o Sport Club do Recife, o Maringá Futebol Clube e o Santos Futebol Clube. O regulamento definia que o vencedor do Torneio Roberto Gomes Pedrosa (Santos) enfrentaria o vencedor do confronto entre o campeão do Torneio Norte-Nordeste (Sport) e o do Torneio Centro-Sul (Maringá). A final do referido torneio foi realizada entre Maringá e Santos, terminando empatada em jogo de ida e de volta. Como o regulamento não previa qualquer critério de desempate, um terceiro jogo foi marcado para indicar o campeão do torneio, o qual não ocorreu. O Maringá sagrou-se campeão após a diretoria do Santos preferir o torneio em função de uma excursão internacional já programada (SANTIAGO JUNIOR, 2006, p. 16). Esse caso, talvez o mais conhecido, de uma associação esportiva que tenha abandonado uma competição oficial³ para jogar amistosos, não se trata somente de mais um torneio organizado pela CBD que não vingou, mas também de uma prática não tão incomum de algumas associações esportivas brasileiras de preferirem jogar amistosos em detrimento de competições oficiais.

O que se pretende com este trabalho, então, é analisar as notícias da revista *Placar* relacionadas às excursões e jogos amistosos desempenhados pelas associações esportivas entre Fevereiro de 1970 até a criação do Campeonato Brasileiro de Futebol, em Fevereiro de 1971. Esse artigo é parte de um esforço maior que toma corpo em forma de uma dissertação da história político-institucional do futebol brasileiro no período relacionado. E o trabalho foi motivado a partir da leitura de uma das fontes utilizadas na referida dissertação, a revista *Placar*.

Será possível observar que os debates propostos pela revista em torno das excursões e dos amistosos espetáculos ocorrem quase que exclusivamente em termos de rentabilidade.

² O Torneio dos Campeões era um torneio organizado pela Confederação Brasileira de Desportos que reunia os campeões e vice-campeões estaduais de todos os estados que tinham uma federação futebolística profissional associada à CBD.

³ As competições oficiais são aquelas que fazem parte da estrutura futebolística nacional consolidada e devidamente associada aos órgãos internacionais (Conmebol e FIFA). Levando em consideração a conjuntura trabalhada, refiro-me às competições organizadas pela CBD e os campeonatos estaduais organizados pelas federações estaduais.

Diga-se de passagem, a rentabilidade das associações esportivas e dos certames são assuntos que permeiam largamente as páginas da revista, não somente por se tratar de um assunto de interesse do editorial, mas por ser uma preocupação constante dos dirigentes esportivos. A organização futebolística, por exemplo, empenhava o discurso de rentabilidade e salubridade econômica a estas associações como critérios classificatórios para o Torneio Roberto Gomes Pedrosa.

Convém, então, realizar uma breve contextualização. A Confederação Brasileira de Desporto (CBD), organizadora do Torneio Roberto Gomes Pedrosa, definia quantas vagas cada uma das federações teriam direito de ocupar com suas associações filiadas. Nas primeiras edições do referido torneio a participação estava condicionada a um convite do presidente da confederação, João Havelange (FRANCISCHINI, 2006, p. 31).

Na temporada de 1970, foram adotados critérios classificatórios para o Torneio Roberto Gomes Pedrosa. Esses critérios seriam aplicados nos campeonatos estaduais de modo a selecionar nesses torneios as associações que participariam do certame nacional. As federações estaduais tinham autonomia para definir os critérios classificatórios para ocupação das vagas, contudo geralmente seguiam as recomendações da CBD.

A via de regra – que era recomendação da CBD – definia o campeão estadual como o primeiro classificado para o Torneio Roberto Gomes Pedrosa e os demais seriam classificados no quesito de renda acumulada. Esse critério previa que seriam somadas todas as receitas dos jogos de mando de campo de uma associação esportiva e a partir disso geraria uma nova classificação no campeonato estadual. Caso o líder em rendas fosse o campeão estadual a vaga passaria ao subsequente. Havia casos, inclusive, que o campeão estadual era deixado de lado para contemplar o campeão em rendas com a vaga no Torneio Roberto Gomes Pedrosa. Como, por exemplo, o Bahia que por algumas vezes foi indicado para ser o representante baiano no certame nacional sem ser o campeão estadual ⁴.

A classificação técnica (por pontos) que havia orientado o campeonato até a definição do campeão era deixada de lado para ser reclassificado a partir da lógica da renda acumulada. Por isso, não é incomum encontrar associações esportivas classificadas para o Torneio

⁴ O caso do EC Bahia circunda ao redor de si algumas polêmicas e talvez viesse a se tornar um bom tema de pesquisa no futuro.

Roberto Gomes Pedrosa que não obedecem à ordem de classificação técnica. A lógica da rentabilidade se tornava, então, balizadora dos certames estudados.

Outras considerações sobre a revista são preponderantes nessa introdução. A revista, no período considerado, dá mais destaque às notícias relacionadas ao futebol das regiões Sul-Sudeste e algumas exceções do Nordeste ⁵, fossem por motivos mercadológicos, ou por avaliação técnica, os motivos não nos cabem ser avaliados aqui. Assim, o futebol das regiões fora desse eixo supracitado é tratado de forma bem pontual em algumas colunas ⁶. Dessa forma, já que me proponho a abordar a perspectiva da revista, tratarei os casos que tiveram maior destaque por parte da mesma – o caso das associações de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Para encerrar a introdução, devo ressaltar que não pretendo dar uma interpretação definitiva acerca das excursões e dos jogos amistosos ocorridos nas vésperas da criação do campeonato brasileiro, mas apresentar uma reflexão inicial sobre estes eventos e compartilhar algumas breves conclusões sobre como a revista Placar os enxergava.

Uma breve contextualização sobre o panorama econômico do Futebol Nacional em 1970-1971.

Para entender o fenômeno econômico do futebol brasileiro em 1970, deve-se estar atento a um aspecto fundamental: o que sustentava a cadeia futebolística. De onde vinha a sua rentabilidade. A respeito de sua rentabilidade, o futebol ainda não era um esporte que pautava sua renda em recursos advindos dos meios de comunicação de massa. Apesar da década de 1970 ser marcada pela expansão e consolidação das redes televisivas – bem como da fiscalização das mesmas através da censura – os clubes de futebol ainda não recebiam rendas

⁵ Tal como Bahia, Ceará e Pernambuco.

⁶ Geralmente se tratavam de colunas da Loteria Esportiva que pretendiam oferecer um guia aos apostadores sobre os campeonatos estaduais fora do eixo Sul-Sudeste e algumas exceções do Nordeste. Os campeonatos estaduais fora desse eixo tinham uma repercussão praticamente regional nos meios de comunicação de massa. E a revista Placar fazia o papel de pivô das informações dos campeonatos estaduais mais distantes do país, com o objetivo claro de atender aos apostadores que quisessem conhecer um pouco melhor o campeonato no qual iriam realizar apostas. Medida que garantiu o sucesso do semanário segundo Juca Kfoury. *apud*. SANTOS, Daniel Araujo dos. **Futebol e Política: a Criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol**. 2012. P.76.

pela transmissão de seus jogos. De tal modo, as receitas dessas associações esportivas eram baseadas em jogos com grande presença do público pagante nos estádios ⁷.

Deve-se ressaltar, *a priori*, que o ano de 1970 foi muito importante no que tange à expansão dos meios de comunicação de massa, tanto no que diz respeito à prática de consumo de bens não duráveis, como aparelhos de televisão, quanto à expansão, consolidação e fiscalização das redes televisivas.

Durante a Copa do Mundo de 1970 no México para conseguir a primeira transmissão televisionada da Copa do Mundo no Brasil, o presidente Emílio Garrastazu Médici pagaria, segundo a revista, o valor de 4,5 milhões Cr\$ para que os jogos fossem transmitidos no Brasil. Contudo, duas agências de publicidade ⁸ enviaram ofícios sugerindo que o ônus deveria ser arcado por anunciantes interessados em exibir suas marcas no intervalo dos jogos transmitidos. Consentido o que foi proposto pelas agências de publicidade, foram dadas 48 horas para que anunciantes interessados fechassem contrato e depositassem o valor necessário – 4,5 milhões Cr\$ no total. Assim sendo, o telespectador assistiria aos anúncios da Gillette, ESSO e Souza Cruz nos intervalos dos jogos. E, ainda na mesma matéria, havia a estimativa da Embratel de que cerca de 50 milhões de brasileiros assistiriam pela televisão aos jogos do Brasil naquela Copa do Mundo – fosse ao vivo ou através da inovadora tecnologia do *Tape* que permitia assistir os jogos que já haviam ocorrido.

Diante da situação de expansão e progresso dos meios de comunicação televisivos, o Conselho Nacional de Desportos (CND), embora tenha utilizado o sistema de patrocínio ao televisionar os jogos da Copa do Mundo, ainda não permitia que os clubes de futebol estampassem marcas comerciais em seus uniformes, ou estádios, e recebessem qualquer tipo de subsídio por isso. Além disso, no imediato período pós-copa emergiu o debate sobre os jogadores e as associações receberem algum tipo de cota para os *tapes* do Torneio Roberto Gomes Pedrosa que eram exibidos à noite, após os jogos. A televisão passava a fazer parte do cotidiano da vida dos brasileiros e, para os cartolas, o torcedor era desmotivado a ir ao estádio ver seu time. Logo, nada mais justo que os jogadores e associações recebessem alguma compensação pelo esvaziamento dos estádios provocados pela televisão.

⁷ Sem mencionar outros meios, tais como: a realização de jogos amistosos nacionais e internacionais, este último os quais eram muito bem vistos pelos clubes por receberem em dólar; ou até mesmo a venda de jogadores do clube, dado o tamanho poder que os clubes tinham sobre decidir o futuro dos jogadores com a Lei do Passe.

⁸ Identificadas pela revista como McCann Erickson e Thompson. (VAI TAMBÉM AO MÉXICO, É SÓ LIGAR A TELEVISÃO. **Revista Placar**. 05 de Junho de 1970. Nº 12. P. 18).

O CND era um órgão federal que respondia ao Ministério da Educação e subjugava a CBD, um órgão de origem privada. Assim, qualquer deliberação expedida pelo CND se tratava de uma deliberação do Estado brasileiro e, portanto, deveria ser seguida à risca por toda a estrutura futebolística (MANHÃES, 1986, pp. 36). Sendo assim, a prática de receber qualquer auxílio foi impedida pelo CND por toda a década de 1970. Somente em 1982 os clubes de futebol passaram a receber auxílio financeiro para expor publicidade, para ser mais exato a publicidade só poderia ser estampada na camisa e somente em jogos internacionais, enquanto se estudava a possibilidade de expor as camisas com publicidades em jogos nacionais⁹.

Assim, a salubridade econômica das associações esportivas dependia de duas vias: a partir da venda dos seus jogadores e/ou do fator público dos jogos, o qual não era suficiente para o equilíbrio econômico. Carregando uma folha salarial menos robusta quanto deveriam as associações frequentemente conviviam com a realidade de atrasos salariais e recorriam quando podiam aos amistosos.

O panorama econômico das associações esportivas nesse período não era de dívidas consolidadas e insolúveis, tais como se vislumbra hoje. No período estudado, é perceptível a preocupação das mesmas com suas dívidas temendo fechar as portas, caso não conseguissem liquidá-las. O processo de endividamento, contudo, nesse momento se iniciava e criava raízes, projetando para hoje a atual condição de endividamento infundável em curto prazo. A maior preocupação dessas associações com suas dívidas era arrumar meios para liquidá-las sem se desfazer dos seus jogadores – os quais frequentemente eram referidos como “material humano”.

A fim de exemplificar a situação exposta acima, é possível relacionar uma matéria da Placar publicada no dia 25 de Setembro de 1970, com o seguinte título: “Pobre Botafogo,

⁹ O primeiro clube a se beneficiar com a baixa dessa resolução que permitia a exposição de publicidade no uniforme foi o Democrata de Sete Lagoas, recém-promovido à primeira divisão do campeonato mineiro, fechou um contrato de Cr\$ 500 em material esportivo para os jogadores fornecido pelo próprio patrocinador *Equipe* uma marca mineira de material esportivo. E segundo a análise do presidente do Democrata, Geraldo Negocinho, quem mais se beneficiaria com o patrocínio seriam os próprios jogadores que a partir de então receberiam os salários em dia. Um paralelo com a condição do Reino Unido é que o mesmo, em 1970, já havia passado pela modernização da economia política do futebol e mercantilização do clube e do jogador. Pela década de 1970 progressivamente aumentaram as placas de publicidade nos estádios, patrocínio nas camisas e comerciais na televisão. De modo que no final da referida década, os cartolas britânicos tinham consciência de que, se usada de forma correta e controlada, a televisão impulsionaria o público para os jogos no estádio (GIULIANOTTI, 2010, pp. 116-142).

vende todo mundo”. O Botafogo FR diante da grave crise financeira que se encontrava em 1970, agravada com a valorização do passe e do salário de alguns jogadores do seu plantel depois do título da Copa do Mundo, colocou a venda importante “peças” do seu elenco com exceção de Jairzinho e Paulo César. Se propôs a vender inclusive Roberto que já havia sido convocado algumas vezes quando João Saldanha era técnico da seleção. Por que o Botafogo só não vendia Jairzinho e Paulo César? Segundo a matéria, manter “peças” como Jairzinho e Paulo César rendia contratos mais valiosos para o Botafogo em amistosos nacionais e internacionais. Jairzinho foi eleito o melhor jogador da Copa do Mundo de 1970 e Paulo César era “reserva” imediato de Gerson ¹⁰. Embora a diretoria do Botafogo não aceitasse a cláusula de obrigatoriedade para esses jogadores estarem presentes em qualquer contrato de amistoso firmado, a presença desses jogadores representa um peso para firmar o contrato. Pois a presença deles, ainda que não jogassem os 90 minutos, representava uma grande atração.

Logo, uma das estratégias utilizadas pelos dirigentes para saldar dívidas de forma imediata era recorrer à venda de “peças” importantes do seu plantel. Partindo então do estreitamento causado pelo CND para obtenção de recursos – impedindo a obtenção de patrocínios –, as associações só poderiam atingir o equilíbrio econômico a partir do público pagante dos seus jogos, caso os jogos não gerassem a receita planejada, a venda de “material humano” seria inevitável para saldar suas dívidas. Então, ante a necessidade de protagonizar jogos que gerassem grande quantidade de público para equilibrar os gastos, os clubes de futebol se viam sufocados pelas taxas, as quais as receitas dos jogos oficiais eram submetidas. Geralmente as taxas eram aplicadas da seguinte forma: 10% da receita eram direcionados para a administração do estádio onde o jogo era realizado, 10% para a federação estadual – no caso de torneios nacionais essa taxa era de 5% para CBD – e o clube ainda arcaria com os custos operacionais, tais como transporte dos funcionários do estádio e a taxa de consumo de energia elétrica do estádio (conta de luz) baseado na conta anual ¹¹.

¹⁰ Com alteração no esquema. Zagallo designava Everaldo para fazer a marcação no meio de campo e abria Paulo César Caju na ponta esquerda, deslocando Rivellino para o centro e deixando Pelé livre para apoiar qualquer lado. Contudo, sem Gerson para apoiar e servir os homens de frente, Rivellino deveria voltar com mais frequência para buscar a bola e levá-la ao ataque.

¹¹ O caso de Minas Gerais no que corresponde às taxações é um caso interessante de ser analisado brevemente. As associações esportivas de Minas Gerais tentaram negociar a aplicação dessas taxas a partir de um ofício assinado por todas as associações mineiras, pois, além das taxas exorbitantes, as mesmas tentavam extinguir a distribuição de ingressos feita pelos organizadores do campeonato, os quais, segundo o ofício, seriam os que mais teriam condição de pagar o valor dos ingressos. E, por fim, propõe como solução a ampliação do Torneio Roberto Gomes Pedrosa, o único torneio em território nacional que oferecia alguma arrecadação aos clubes

Então, diante da organização instaurada ¹², constituídos e consolidados na segunda metade da década de 1960 e início de 1970 para a organização das competições futebolísticas, os campeonatos estaduais se transformaram em um desafio para os clubes que tinham uma extensa folha salarial.

As competições organizadas pelas federações estaduais e pela CBD deveriam ser preparadas de tal modo que cada jogo atraísse um público suficiente para o não acúmulo de prejuízos por parte dos clubes participantes. Contudo, é possível perceber nas tabelas informativas ¹³ da revista *Placar* e em um conjunto de matérias ¹⁴ da mesma, que os clubes encaravam uma maratona de jogos deficitários nos campeonatos estaduais. Assim, os únicos jogos que geravam receita para os clubes de futebol – mediante tantas taxas sob a receita gerada e o pagamento do salário dos jogadores mais o “bicho” ¹⁵ – eram os jogos disputados entre times que mobilizavam grande torcida, denominados de clássicos. Logo, a quantidade de jogos no campeonato estadual que davam prejuízo era muito maior do que a quantidade de jogos que geravam receita.

Os campeonatos estaduais, então, se apresentavam como uma condição de debilidade econômica para os clubes brasileiros que acumulavam prejuízos nos jogos do referido certame. E essa condição se agravava diante da deliberação das federações em não permitir que os associados, participantes das competições organizadas pela federação, utilizassem

brasileiros. (A REBELIÃO. *Revista Placar* de 31 de Julho de 1970. Nº 20. Pp. 20-21). Cf. O FUTEBOL DESTES ESTADOS PRECISAM DE MUITA AJUDA. Bahia, Pernambuco, Paraná, Santa Catarina, Ceará e o Pará estão com um futebol cada vez mais perto da falência. *Revista Placar*. 15 de Janeiro de 1971. Nº 44. Pp.32-33.

¹² Seguindo a hierarquia crescente de subordinação: Conselho Nacional de Desportos – Confederação Brasileira de Desportos – Federações estaduais – associações futebolísticas. A subordinação da Confederação Brasileira de Desportos ao Conselho Nacional de Desportos consentiu ao primeiro o caráter legítimo e monopolístico na organização de competições futebolísticas.

¹³ O *Tabelão* informava o placar do jogo, a escalação dos times, os árbitros e esporadicamente a renda dos jogos. Na verdade, geralmente as rendas eram publicadas, contudo isso não se configurava como via de regra.

¹⁴ A sequência de cinco matérias intitulada como “A Falência dos Cartolas”, a *Revista Placar* situa os problemas do futebol brasileiro e tenta sugerir as ações cabíveis para corrigir esses problemas. “A Falência dos Cartolas I” de 31 de Julho de 1970. “A Falência dos Cartolas II – Havelange, um dos culpados” de 07 de Agosto de 1971. “A Falência dos Cartolas III – A CBD não joga, a CBD enriquece” de 14 de Agosto de 1971. “A Falência dos Cartolas IV – senhores dirigentes eis o campeonato nacional” de 21 de Agosto de 1971. E “A Falência dos Cartolas V – Fim. Como devem ser nossos times.” de 28 de Agosto de 1971.

¹⁵ “Bicho” é um termo utilizado no mundo futebolístico para se referir a uma premiação destinada aos jogadores. O “bicho” só era pago quando os jogadores venciam a partida. O pagamento do bicho surgiu no período em que o amadorismo ainda predominava e os jogadores, ainda não profissionais, não poderiam receber vencimentos para jogar futebol. Assim, quando os jogadores recebiam a premiação pela vitória, os jogadores diziam ter ganhado no “jogo do bicho” – jogo de azar mais popular do Brasil. Não obstante, na década de 1960 o “bicho” era legalmente conhecido como uma espécie de vencimento destinado ao jogador.

times que não fossem os principais. Em outras palavras, a federação tinha uma postura autoritária ante os clubes, exigindo destes que utilizassem os principais jogadores disponíveis no seu plantel, a fim de não tornarem os jogos do campeonato estadual menos atrativo ¹⁶.

Além disso, torna-se relevante pontuar, a CBD não permitia a participação de qualquer associação que não se fizesse presente no campeonato estadual, pois fazia do campeonato estadual um classificatório para o Torneio Roberto Gomes Pedrosa. Assim, a participação de uma determinada associação, com o time principal, no respectivo campeonato estadual era condição *sine qua non* para a participação no principal torneio nacional – o Torneio Roberto Gomes Pedrosa.

Assim, é possível perceber um cenário onde as possibilidades de arrecadação das associações esportivas são restritas, possível somente através do público dos jogos e venda de jogadores. Além disso, as mesmas são coagidas a participar dos respectivos campeonatos estaduais – com o time titular – sob o risco de ficar de fora do principal certame do Brasil, o Torneio Roberto Gomes Pedrosa.

Excursões

Diante da obrigação de disputar o campeonato estadual, os clubes, encontraram uma alternativa interessante para driblar os sucessivos reveses financeiros: excursões nacionais e internacionais jogando amistosos. As excursões de qualquer time brasileiro deveriam possuir o aval do CND que avaliava a partir de consultas ao calendário de competições da CBD e da federação estadual correspondente, se o clube estava em condições de viajar e não estava boicotando alguma competição, outra exigência feita pelo CND era de que as excursões não poderiam exceder o prazo de três meses.

As excursões possuem finalidades diversas para as associações esportivas, desde saldarem seus compromissos imediatos tais como luvas, salários e gratificações atrasadas, até o objetivo de gerar receita. Além disso, as excursões tanto podem ser feitas em território nacional, quanto fora do país. Sendo, em alguns casos, as excursões em territórios nacionais mais rentáveis.

¹⁶ É importante ponderar que o principal meio de arrecadação das federações estaduais são as taxações dos jogos dos campeonatos organizados por elas. Logo, deixar um jogo menos atrativo implicava diretamente no impacto da receita arrecadada pelas federações.

Em 1961 o Grêmio jogava contra o Lille, na França, e ganhava do time da cidade por 4 a 0. O empresário que havia marcado o jogo via a partida ao lado de Foguinho¹⁷ e saiu com esta: – Olha seu time é melhor que o Santos sem Pelé. Mas eu posso pagar 1.500 dólares ao Madureira e ao Bonsucesso, mas não posso a você. (VIVA O EMPRESÁRIO! MORRA O EMPRESÁRIO! Os clubes brasileiros passam o ano todo atrás de alguém que arranje uns jogos no exterior. Depois a culpa é dele. **Revista Placar**. 22 de Janeiro de 1971. N. 45. P. 27)

Em mesma matéria, a Placar exhibe o caso do Flamengo, semelhante ao do Grêmio, depois de emprestar e vender o passe de Brito, zagueiro tricampeão com a seleção de 1970, para o Cruzeiro, o Flamengo não conseguia valorizar seu contrato de excursão internacional, sendo mais rentável viajar de ônibus para Cabo Frio e receber “limpinhos” 35.000 Cr\$ em um amistoso. Para grandes clubes que não contavam com campeões mundiais, as opções mais rentáveis eram excursões pelo Brasil visitando Feira de Santana, Rio Branco, Manaus, locais considerados aquém da condição técnica e organizacional futebolística, onde sua população tinham poucas oportunidades para assistir jogos da nata futebolística brasileira.

As excursões nesse período se tornam ainda mais rentáveis para clubes que possuem campeões mundiais devido a grande projeção causada com a Copa do Mundo de 1970. A primeira seleção a ser tricampeã e conquistar em definitivo a Jules Rimet. O Cruzeiro, por exemplo, que contava com Tostão, Brito e Piazza (campeões da Copa do Mundo de 1970) conseguiu uma grande excursão internacional em 1971. Flavio Costa, supervisor do time do Cruzeiro na viagem, expressa seu sucesso quando fala sobre a importância dos jogos da excursão para experimentar novas revelações no time titular do Cruzeiro e, principalmente, para gerar caixa.

Na condição de espetáculo, os dirigentes que pagavam pelos amistosos contra os clubes brasileiros ansiavam para ver jogadores como Pelé, Tostão, Rivelino, Gérson, Dário, Djalma Dias, Jairzinho, Afonsinho¹⁸, Roberto; enfim, jogadores de técnica refinada e que tinham grande potencial de promover um espetáculo futebolístico. Convém explicar que isso

¹⁷ Osvaldo Rolla, também era conhecido descontraidamente como Foguinho, ex-técnico do grêmio e internacional. (VIVA O EMPRESÁRIO! MORRA O EMPRESÁRIO! Os clubes brasileiros passam o ano todo atrás de alguém que arranje uns jogos no exterior. Depois a culpa é dele. **Revista Placar**. 22 de Janeiro de 1971. Nº 45. P. 27).

¹⁸ Afonso Reis, ou Afonsinho, não chegou a integrar a seleção brasileira de futebol, mas era um jogador reconhecido, tanto por ter sido o primeiro jogador a conquistar o próprio passe, quanto pelo seu talento em campo. Afonsinho era um dos dez jogadores no Brasil que recebia o salário acima de 20.000 Cr\$. Enquanto esteve no Olaria o clube realizou uma excursão internacional, a qual ficou marcada pela grande pancadaria em um jogo contra um time da Indonésia. Onde as autoridades locais afirmavam categoricamente que o Olaria jamais voltaria ao país.

não significava que os demais clubes não conseguissem excursionar, o que seria uma inverdade, contudo as cotas desses que não possuíam “material humano”¹⁹ valioso eram menores em comparação com outros na circunstância supracitada.

Os jogos amistosos (espetáculos) eram tão valiosos na seara futebolística que serviam, inclusive, como forma de pagamento na transferência de jogadores, bem como poderiam definir pela contratação ou não de um jogador. Nos próximos parágrafos apresentarei duas matérias de uma mesma publicação referente, respectivamente, a contratação de Pedro Rocha, importante ponta de lança da seleção uruguaia, pelo São Paulo e a contratação do goleiro da seleção argentina, Agustin Cejas, pelo Santos.

Em matéria publicada no dia 25 de Setembro de 1970, “Pedro Rocha, finalmente”, a revista ressalta a importância de um jogo amistoso para a efetivação da contratação do jogador Pedro Rocha por parte do São Paulo. O pagamento do passe do Pedro Rocha foi definido em 150 mil dólares (750 mil Cr\$) a vista mais um jogo amistoso (espetáculo) realizado em Montevidéu, receita a qual ficaria com o Peñarol.

Em outra matéria do mesmo dia, “Chegou mais um artista”, o Santos não teria saído atrás e também contratou um jogador renomado, o goleiro da seleção argentina, Agustin Cejas. Segundo a matéria na revista, a contratação de “peças” prontas, isto é, jogadores já formados e com relevante notoriedade no cenário sul-americano valorizava ainda mais os contratos de jogos amistosos.

Desse modo, os amistosos são importantes meios para facilitar a transferência de jogadores importantes para o elenco. Bem como a compra de alguns jogadores e a montagem do elenco poderiam ser revestidos do propósito de valorizar a cota dos amistosos.

Outro fenômeno, e mais recorrente, que interfere na finalidade das excursões, segundo a revista, são os campeonatos estaduais. É bastante comum encontrar nas matérias da revista dirigentes de clubes revoltados com os campeonatos estaduais e ameaçando utilizar o time reserva, ou até mesmo pôr-se fora do referido certame. E geralmente para não afundarem-se mais em dívidas, os clubes se empenhavam em arrumar amistosos.

Em 17 de Julho de 1970 a Placar trouxe uma matéria sobre o SC Internacional recorrendo aos meios cabíveis para pagar sua folha salarial de quase 150.000 Cr\$. “Arranja

¹⁹ “Material Humano” é um termo frequentemente utilizado pelos dirigentes de clubes, pelo menos nas entrevistas concedidas a Placar, para se referirem aos jogadores.

amistosos à última hora, inventa espetáculos diferentes, dá entrada grátis às mulheres (para que elas levem seus maridos ou namorados)” (FALTA UM POUCO DE FUTEBOL NO SUL. Este jogo provou uma fase ruim do nosso futebol. In: **Revista Placar**. 17 de Julho de 1970. Nº18. P.12). Essa preocupação do SC Internacional é emblemática, pois representa a realidade da maioria das associações esportivas no período da Copa do Mundo ²⁰. Porquanto os jogadores estivessem sob comando da CBD seus ordenados seriam quitados pela própria, aliviando financeiramente a folha salarial das associações dos jogadores convocados. E quanto às associações como o SC Internacional que não tiveram jogadores convocados para a Copa do Mundo de 1970 a folha salarial mantinha-se integral.

Assim, os clubes tinham que ser planejar para cobrir os gastos no primeiro semestre – diante de um campeonato estadual deficitário e com recesso para Copa do Mundo – para conseguir honrar seus compromissos e dívidas, mesmo sem gerar novas receitas por partidas oficiais durante um mês. Assim sendo, a organização de amistosos – ou excursionar internacionalmente como o Olaria – se mostrava como uma resolução em curto prazo mais viável para cumprir os gastos e manter o plantel na forma física ideal durante o recesso para a continuidade do campeonato estadual.

Em alguns casos, inclusive, se preferia participar de campeonatos estaduais. Não é incomum, como introduzido no início desse artigo, um clube preferir um torneio oficial para disputar alguns amistosos. Principalmente se o torneio não trouxer rendimentos. Não tenho a pretensão de justificar a postura dos dirigentes em busca de maiores rendimentos para as instituições futebolísticas representadas, mas não se pode perder de vista que o discurso afinado dos dirigentes quanto a grande preocupação de honrar os compromissos – folha salarial, luvas e gratificações – principalmente no momento de disputas dos estaduais são elementos frequentemente presentes.

Os clubes gaúchos, por sua vez, não contavam passar por uma grave crise política com a federação local no início da temporada de 1971. A eleição de Rubens Hofmeister para presidente da Federação Gaúcha de Futebol em 1970 não alterou o regulamento do Campeonato Gaúcho de Futebol da Divisão Especial para aquele ano, mas para o ano seguinte

²⁰ Na data da referida matéria a Copa do Mundo já havia sido encerrada e os campeonatos estaduais haviam sido retomados, com exceção de alguns jogos do campeonato gaúcho que foram suspensos em função de um imbróglgio do regulamento da competição. Então, O Internacional SC, um dos afetados pelos jogos suspensos, recorria a jogos amistosos para manter seus ordenados em dia. (FALTA UM POUCO DE FUTEBOL NO SUL. Este jogo provou uma fase ruim do nosso futebol I, **Revista Placar** 17 de Julho de 1970. Nº 18. P.12).

o presidente da federação implantou a proposta que o elegeu. Hofmeister prometia administrar o futebol do Rio Grande do Sul também para os clubes do interior do estado que, segundo o presidente da federação, foram sistematicamente excluídos do planejamento em detrimento dos grandes clubes do Rio Grande do Sul – SC Internacional e Grêmio FBPA.

Logo, a referida lógica de atender ao interesse dos clubes de menor expressão ocasionou na inclusão de nove clubes para campeonato gaúcho de 1971, são eles: Guarany Foot-Ball Club (Bagé), Clube Esportivo Bento Gonçalves (Bento Gonçalves), Riograndense Futebol Clube (Santa Maria), Grêmio Esportivo Bagé (Bagé), Sport Club São Paulo (Rio Grande), Tamoio Futebol Clube (Santo Ângelo), Clube Esportivo Recreativo Atlântico (Erechim), Esporte Clube Avenida (Santa Cruz) e Sport Club Rio Grande (Rio Grande). O Campeonato Gaúcho de Futebol de 1971 atingiu o número de vinte e cinco clubes participantes. Para concretizar a crise que se mostrava iminente, Hofmeister, aprovou o regulamento de duas fases em todos contra todos ²¹.

E se o posicionamento do Grêmio FBPA e do SC Internacional em se colocarem contra e fora do campeonato estadual não gerou reação da federação local, tampouco a mediação da Confederação Brasileira de Desportos surtiu efeito para abrandar os sinais de crise ²². Os dirigentes do Internacional e do Grêmio se negavam a jogar tantos jogos de um campeonato que não os rendia a compensação dos gastos empregados, acumulando uma série de prejuízos.

Diante da possibilidade de evasão do Grêmio FBPA e SC Internacional ao se colocarem fora do Campeonato Gaúcho de Futebol para realizarem excursões economicamente mais rentáveis para os mesmos, a Confederação Brasileira de Desportos logo se posicionou contra essa ação, ameaçando os clubes com pesadas sanções caso não participassem do estadual. Primeiramente o Conselho Nacional de Desportos não aprovaria o pedido de excursão cogitado pelos clubes para o período em que o estadual estivesse sendo

²¹ A primeira fase seria realizada em jogo único de todos contra todos. Cada clube jogaria 28 jogos para ser um dos oito classificados para a segunda fase. A segunda fase seria disputada com o mesmo critério de todos contra todos, mas dessa vez com turno e retorno. Se antes para se tornar campeão do Campeonato Gaúcho de Futebol um clube deveria disputar 18 jogos, agora esse número ultrapassa o dobro, o campeão deve jogar 38 partidas. O campeonato realizava a soma expressiva de 444 jogos, dos quais menos 10% dos jogos gerou receita suficiente para cobrir os gastos que o clube tem que arcar.

²² A Confederação Brasileira de Desportos sugeriu que fosse utilizado um regulamento de chaves. Duas chaves com treze times cada e jogando uma contra a outra. E os dois primeiros de cada chave iriam disputar os jogos do quadrangular final. Proposta vista com bons olhos pelos dirigentes do Internacional e do Grêmio, mas que foi prontamente ignorada pela Federação Gaúcha de Futebol.

realizado e, em segundo lugar, ambos seriam excluídos do Torneio Roberto Gomes Pedrosa daquele ano – naquele ano já aconteceria a primeira edição do Campeonato Brasileiro de Futebol, mas a decisão só foi materializada no dia 04 Fevereiro de 1971.

Esse entrave político envolvendo CBD, Federação Gaúcha de Futebol e os clubes, Internacional e Grêmio, é um exemplo de como se davam as relações de poder e a organização hierárquica no cenário futebolístico brasileiro. Ocupando a parte inferior dessa hierarquia, os clubes não tinham alternativa economicamente salubre para suas instituições ao disputar o campeonato estadual. A solução encontrada pelos clubes, em contrapartida, foi utilizar times mistos para disputar os jogos do campeonato gaúcho, medida que *a priori* seria passível de punição, mas não foi executada ²³.

O SC Internacional disputou o Torneio do Povo daquele ano, torneio que reunia também o CR Flamengo, SC Corinthians e Atlético-MG, os principais clubes do país com gigante apelo popular, por isso o nome Torneio do Povo ²⁴, escalando frequentemente seu time titular nessa competição, o SC Internacional recorria ao seu time misto para disputar o campeonato estadual. Por sua vez, o Grêmio FBPA disputou o Torneio Internacional do Sul ²⁵ e amistosos no nordeste do país ²⁶, também utilizando com frequência seu time misto na disputa do campeonato estadual.

Não era incomum preferirem um torneio amistoso economicamente rentável em detrimento de uma competição oficial que gera prejuízos. A lógica que os dirigentes orgulhosamente assumem como empresarial previa algumas medidas, como utilizar times mistos, economicamente mais leves, para diminuir os gastos.

²³ Segundo matéria da **Revista Placar**, “A Guerra por um Título maior. Campeão do Povo.”, publicada em 22 de Janeiro de 1971, os dirigentes do SC Internacional procuraram a Confederação Brasileira de Desportos para debater e elucidar o entrave da tabela organizada pela Federação Gaúcha de Futebol e já garantiram aos demais dirigentes organizadores do Torneio do Povo a sua participação.

²⁴ O Torneio do Povo foi um torneio organizado somente pelos dirigentes dos clubes participantes, o que garantia arrecadação mais robusta para os clubes participantes: primeiro em função do grande apelo popular que esses clubes possuíam, atraindo grande público e gerando a média de arrecadação de 82.551,45 Cr\$. E segundo, em função da ausência de algumas taxações que as rendas dos jogos estavam sujeitas nas demais competições organizadas pelas federações ou pela Confederação Brasileira de Desportos.

²⁵ O Torneio Internacional do Sul contava com a participação do SC Internacional, Grêmio FBPA, Rapid Bucareste, CSKA Sófia, Vojvodina Belgrado, Sparta de Praga e Dínamo Bucareste. O Grêmio, então, realizou a seguinte campanha: 04 Fevereiro – Grêmio 3 x 1 Dínamo Bucareste (Romênia), 09 de Fevereiro – Grêmio 2 x 1 CSKA Sófia (Bulgária) e 11 de Fevereiro – Grêmio 3 x 0 Rapid Bucareste (Romênia).

²⁶ Excursão de dez dias no nordeste do Brasil com os seguintes resultados: 04 de Março – Grêmio 1 x 0 Vitória, 07 de Março – Grêmio 0 x 0 Itabaiana, 10 de Março – Grêmio 1 x 1 Bahia e 14 de Março – Grêmio 1 x 1 Ceará.

É notável a frequência das críticas direcionadas aos campeonatos estaduais, tanto no que corresponde a sua organização quanto a sua estrutura. Não há campeonato estadual nesse período que passe ileso sob a ótica dos dirigentes que sempre alegam a deficiência em gerar lucros para os clubes participantes. E as soluções para o problema dos campeonatos estaduais são de ordens variadas, desde tentar alterar o número de participantes a reorganizar o calendário.

No início da temporada de 1971, o Clube Atlético Mineiro e o Cruzeiro Esporte Clube ameaçaram utilizar seus times reservas durante o campeonato estadual, enquanto o time titular faria jogos amistosos para cumprir os compromissos assumidos pelos clubes quanto ao pagamento dos jogadores. O motivo para utilizar times mistos se dá em função da decrescente demanda dos jogos do campeonato mineiro e os cada vez mais constantes prejuízos acumulados pelos clubes de Minas Gerais.

Fazer um breve retrospecto sobre o público no campeonato mineiro nos ajuda a entender o temor dos dirigentes mineiros. Em 1969, o número médio de pessoas que assistiram aos jogos do campeonato mineiro foi de 18.542. Em 1970, essa média diminuiu para 13.159 pessoas (MINAS CRESCEU, NÃO QUER MAIS JOGAR PELADA. Cruzeiro e Atlético querem jogar com seus times mistos no campeonato. A Federação e mais 20 clubes protestam. In: **Revista Placar**. N. 43. P. 06) ²⁷. Em matéria publicada na revista Placar, “Minas cresceu, não quer mais jogar pelada”, há o posicionamento dos presidentes das duas principais associações esportivas de Minas Gerais que se negam a utilizar os times principais no campeonato estadual. O presidente do Atlético-MG, Néelson Campo, expressa da seguinte forma a inviabilidade do Campeonato Mineiro de Futebol:

Estamos nos transformando em empresas e não podemos disputar um campeonato deficitário. A despesa total do Atlético, só em Novembro [**de 1970**] ²⁸ foi de Cr\$ 189.512,00. Como vamos conseguir receita em Minas, se apenas os jogos entre Atlético, Cruzeiro e América tiveram rendas superiores a Cr\$150.000,00? (MINAS CRESCEU, NÃO QUER MAIS JOGAR

²⁷ O Torneio Roberto Gomes Pedrosa, para efeito de comparação, teve nos mesmos anos supracitados a média de 22.067 pessoas e 20.259 pessoas, respectivamente. Com o agravante de possuírem ingressos mais caros que o campeonato estadual (ASSAF, 2008, p. 17).

²⁸ Inclusão do autor. Deve-se levar em consideração que o campeonato mineiro tinha a duração de aproximadamente seis meses. O campeonato mineiro de 1969 teve começo em 25 de Janeiro e terminou em 06 de Julho; em 1970, se iniciou em 01 de Março e se encerrou em 20 de Setembro – contabilizando um mês de recesso para a Copa do Mundo em Junho. E o campeonato de 1971 se iniciou em 23 de Janeiro e terminou 27 de Junho.

PELADA. Cruzeiro e Atlético querem jogar com seus times mistos no campeonato. A Federação e mais 20 clubes protestam. In: **Revista Placar**. N. 43. P. 06)

O presidente do Cruzeiro, Felício Brandi, assegurou que o time principal não participaria do campeonato mineiro, tampouco da Taça Belo Horizonte, disputada pelos principais times de Minas Gerais. O longo plantel de cinquenta e quatro jogadores, com a folha mensal de aproximadamente Cr\$ 365.000,00 entre luvas, salários e bichos, nos ajuda a entender a evasão do time principal da competição estadual para privilegiar uma grande excursão de três meses que começaria no eixo norte-nordeste do país, depois para Europa e, por fim, alguns países da América do Sul antes de voltar ao Brasil. A excursão, segundo a matéria, “Viva o Empresário! Morra o Empresário!”, de 22 de Janeiro de 1971, rendeu cerca de 100 mil dólares (Cr\$ 500 mil) para os cofres do Cruzeiro. E a justificativa da excursão se daria da seguinte forma:

Temos cinco jogadores convocados para a Seleção de 1971. Eles exigem, por força do futebol que possuem, bons contratos. Jogando em só em Minas, num campeonato deficitário, jamais conseguiremos dinheiro suficiente, nem para as mínimas despesas. Temos de conquistar novos mercados, custe o que custar. (MINAS CRESCEU, NÃO QUER MAIS JOGAR PELADA. Cruzeiro e Atlético querem jogar com seus times mistos no campeonato. A Federação e mais 20 clubes protestam. In: **Revista Placar**. N. 43. P.6).

Enquanto o time principal participava de competições mais rentáveis para gerar caixa, os clubes utilizavam times mistos, financeiramente mais leves, nos campeonatos estaduais, sob o discurso de obedecer a uma lógica empresarial simples de redução de custos. E para explicar o efeito dessa medida partir-se-á de alguns pressupostos: primeiro, de que a imensa maioria dos jogos dos campeonatos estaduais é deficitária, isto é, acumulam prejuízos aos times e são poucos os jogos que conseguem cobrir as despesas do jogo e gerar alguma receita para os clubes. Segundo pressuposto, com um elenco menos carregado financeiramente os gastos seriam contidos. Há também de ser reconhecida que a medida utilizada é uma lâmina de dois gumes, pois a não utilização do time titular gera falta de “material humano” atrativo para o público e, conseqüentemente, a redução – mais acentuada – da arrecadação de receita.

O presidente da Federação Mineira de Futebol, coronel José Guilherme, logo se manifestou contra as associações que utilizavam times mistos no Campeonato Mineiro de Futebol, julgando ser um completo descaso com os demais associados da federação. Mas por

trás desse discurso solidário aos demais associados é importante ter consciência de que a arrecadação de qualquer federação estadual de futebol se dá a partir das taxações dos jogos, maior é a arrecadação das federações quando o público se sente atraído pelo espetáculo de “material humano” oferecido em uma partida.

A condição do Santos FC, no início de 1971, não era diferente da condição dos clubes apresentados até aqui, mas talvez seja o caso mais emblemático. Os dirigentes do clube idealizavam ficar fora do Torneio Roberto Gomes Pedrosa – que um mês depois se tornaria Campeonato Brasileiro de Futebol – para realizar excursões internacionais com o time principal, enquanto o Campeonato Paulista seria disputado pelo time B do Santos FC. O presidente do clube, Athiê Jorge Curi e o diretor de futebol, o general Osman Ribeiro de Moura, planejavam realizar essa divisão do time para efetuarem somas expressivas aos cofres²⁹ e, no caso de ficar de fora do Torneio Roberto Gomes Pedrosa em função da cláusula que obriga os associados a utilizarem o time titular, o time do Santos FC faria uma excursão com duração de cinco meses³⁰.

Essa matéria é cabível de uma análise um pouco mais aprofundada para se compreender melhor o efeito que se pode ter quisto com a referida matéria. Inicialmente, a matéria salienta que a proposta dos dirigentes em excursionar com o time do Santos FC por cinco meses seria um projeto irrealizável, em função de grande parte do elenco principal possuir família e não poder deixá-las por quase meio ano. Outro ponto que nos coloca a refletir sobre o impacto que os dirigentes do Santos FC gostariam de causar com esse tipo de notícia, se trata de que os jogadores, até o momento daquela matéria não tinham conhecimento desse projeto, bem como ressalta Michel Laurence, amigo pessoal de Pelé e autor da matéria.

Então, é cabível colocar uma hipótese sob essa matéria de que a mesma poderia ter o objetivo de atingir a Federação Paulista de Futebol e criar uma espécie de provocação e demonstração de independência do Santos FC a essa estrutura. E, na entrevista, a fala do

²⁹ Aproximadamente 22.000 dólares por jogo, segundo a matéria de Michel Laurence. (SANTOS FORA DO ROBERTÃO – 71. Athiê: vamos abandonar o campeonato paulista. Osman: Não. Abandonamos o Robertão. **Revista Placar** 01 de Janeiro de 1971. Nº 42. P. 27).

³⁰ Planejamento que *a priori* não tomava como base os normativos do Conselho Nacional de Desportos que não permitem que qualquer clube excursionsse por um período superior a três meses.

general Osman Moura, diretor de futebol ³¹, só ratifica essa hipótese quando afirma que o projeto tem, entre outras finalidades, de que

todos verão que os nossos campeonatos dão prejuízos. Que o Santos, quando vai a Ribeirão Preto, quebra o recorde de renda da cidade, mas tem o prejuízo de 1 000 Cr\$. É isso que deve acabar: os clubes grandes não podem ficar sustentando os pequenos. Dentro do futebol profissional temos que ser realistas. (SANTOS FORA DO ROBERTÃO – 71. Athiê: vamos abandonar o campeonato paulista. Osman: Não. Abandonamos o Robertão. **Revista Placar** 01 de Janeiro de 1971. Nº 42. P. 27.).

Essa última ideia é muito comum entre os dirigentes de grandes clubes e foi repetidamente reproduzida por dirigentes de outros grandes do país. Outra fala do dirigente que confirma nossa hipótese é a seguinte

Olha, o Santos não precisa mais de títulos para ter prestígio. A Taça Libertadores também não nos interessa, porque disputamos uma muito mais importante, que é a Recopa, a taça dos clubes campeões do mundo. **Nós já temos prestígio e temos Pelé** ³². Nessa última excursão demos uma entrevista para 92 jornalistas de várias partes do mundo, alguns deles com tiragens de 2 milhões de exemplares por dia. Sabem o que isso representa em matéria de promoção para o Santos e o Brasil? Representa o que não se conseguiria por muito tempo, em outro continente qualquer. (...) O Santos, amigo, tem convites para ficar jogando o ano inteiro lá fora, se quiser. Se ficarmos fora do Robertão-71, como pretendemos, vamos excursionar durante cinco meses, para ganharmos muitos dólares e manter um grande time. Nas condições atuais do profissionalismo, não há condições de se manter um grande time. (SANTOS FORA DO ROBERTÃO – 71. Athiê: vamos abandonar o campeonato paulista. Osman: Não. Abandonamos o Robertão. **Revista Placar** 01 de Janeiro de 1971. Nº 42. P. 27.).

A fala do diretor de futebol do Santos FC não pode ser entendida de forma alheia ao contexto da estrutura política e econômica exercida pela CBD e suas federações filiadas, tampouco deve ser analisada de forma isolada. Os clubes estavam muito insatisfeitos em

³¹ Em meados de 1970, o Santos encarava uma grave crise interna política e financeira. O ex-vice-presidente do clube, Augusto Saraiva e o Conselho Deliberativo do Santos, pediam uma intervenção do Conselho Nacional de Desportos no Clube, denunciando o descontrole político (cismas políticos do grupo administrante) e econômico (o presidente do clube e deputado federal Athiê Jorge Curi foi pivô da compra do Parque Balneário pelo Santos FC pelo preço de 6 milhões de Cr\$ acreditando na possível legalização dos jogos de azar, o que não aconteceu, a dívida acumulou e atingiu o patamar de 10 milhões de Cr\$). Nesse cisma, o diretor de futebol general Osman Ribeiro viu sua possível ascensão nesse momento de crise e se tornou vice-presidente do clube, o que não durou muito tempo já que sua chapa foi derrotada nas eleições no final daquele mesmo ano.

³² Grifo do autor.

cumprir as exigências – utilizar o time principal e não poder evadir o campeonato estadual – para gozar do Torneio Roberto Gomes Pedrosa e pleitear a Copa Libertadores da América. A tamanha arrogância do general Osman Moura em querer demonstrar independência política e financeira do Santos FC da estrutura futebolística organizada no Brasil não passa de uma inverdade. Já que, sozinho, o Santos FC talvez não sobrevivesse fora da estrutura de futebol profissional que o projetou. Dificilmente se poderia afirmar que o Santos FC teria a prestigiosa fama e expressão econômica que o tinha naquele período, caso não se tratasse de uma equipe de futebol profissional dentro da estrutura futebolística oficial.

Logo, o que aparentemente está em jogo nessa matéria e no posicionamento do diretor de futebol do clube, general Osman Ribeiro Moura, trata-se menos do anúncio da conduta a ser realizada do que tentativa de testar os limites das autoridades. Uma espécie de desconforto para a FPF e a CBD, a fim de que estas viessem a flexionar os limites de suas exigências, senão os seus campeonatos corriam o risco de serem esvaziados pelos seus principais clubes, como o Santos FC já advertia fazer, mais em tom de bravata do que em concretizá-lo propriamente dito.

Conclusão

Pode-se perceber então que a Placar aborda a imagem do dirigente esportivo como personagens dotados de um afinado discurso de que futebol é empresa e de que suas ações vislumbram sempre o maior lucro possível da instituição representada. O conflito de interesses entre os cartolas não pode ser entendido avulso da noção de rentabilidade apresentada acima. Bem como tal lógica econômica empregada nos fornece indícios de estar fortemente ligada ao pensamento econômico vigente. Contudo, certamente estas são conclusões que necessitam de um aprofundamento maior.

É possível identificar também os papéis dos diferentes seguimentos que compõem a estrutura política do futebol brasileiro. Devendo cada um deles ser investigado de forma mais aprofundada, visto que um artigo não dá conta de explicar todos os problemas surgidos, se assemelhando à metáfora de um cobertor curto – quando cobres os pés, se descobre a cabeça. Logo, o papel da CBD no que tange garantir a manutenção da sua relação de poder (com e)

através das federações estaduais – e se resguardando em última instância no CND. Já as federações estaduais travavam quedas de braço com as associações esportivas em torno dos seus campeonatos. O principal meio de arrecadação das federações em detrimento do acúmulo de dívidas destas associações.

As associações esportivas, por sua vez, – só não estando abaixo dos jogadores de futebol nessa hierarquia – tinham as formas de arrecadação de suas “empresas” seriamente comprometidas com as restrições impostas no que se refere a patrocínio por exibição de marcas ou cota por jogos exibidos em *tapes*. Portanto, para não se desfazer de seus jogadores, as excursões se mostravam naquele momento como alternativas economicamente rentáveis para driblar os sucessivos reveses financeiros proporcionados pelos campeonatos estaduais. Preterindo, quando possível, os campeonatos oficiais da estrutura futebolística nacional em favor da salubridade econômica das associações esportivas.

As excursões e os jogos amistosos, como apresentado no conjunto de matérias relacionadas, possuíam finalidades diversas, desde saldar dívidas imediatas, até gerar caixa. Além de servirem como formas de pagamento na transferência de jogadores e balizarem a montagem de elencos visando às cotas das excursões. Assim, de todas as formas supracitadas, todas elas perpassam por razões econômicas.

O presente trabalho deixa ainda uma constatação de que ainda é muito insipiente a quantidade de trabalhos referente à influência dos assuntos econômicos na condução dos assuntos futebolísticos. E especialmente por se tratar de um conturbado período político (ditadura militar), por vezes, as condutas futebolísticas se explicariam resumidamente através das relações políticas em benefício ou resistência à ditadura. Deixando de lado as motivações econômicas e a devida complexidade em torno do assunto.

Referências

Bibliografia

- ASSAF, Roberto. **História completa do brasileiro**: as glórias dos campeões. Rio de Janeiro: Lance. 2008.
- FRANCISCHINI, Sandro. **Campeonato Brasileiro de Futebol e a esportificação do futebol profissional (1971-1979)**. Dissertação apresentada a Universidade Federal de São Carlos como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre. 2006.

GIULIANOTTI, Richard. **Sociologia do Futebol. Dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões**. São Paulo: Editora Nova Alexandria 2010.

MANHÃES, Eduardo Dias. **Política de Esportes no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal. 1986.

SANTIAGO JUNIOR, José Renato. **Os arquivos dos campeonatos brasileiros**. São Paulo: Panda Books. 2006.

SANTOS, Daniel Araujo dos. **Futebol e Política: a Criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol**. Dissertação apresentada ao CPDOC como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre. 2012.

Fontes utilizadas:

Revista Placar (03 de Fevereiro de 1970 a 12 de Fevereiro de 1971).

Recebido em: 25 de novembro de 2015.

Aprovado: 06 de março de 2016.